

ESTADO DO PARANA

PROJETO DE LEI Nº 110/75 AUNICIPAL DE IVAIPORA - PATAGE COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Camara Municipal da Ivainota MULA

- Dispõe sobre a Reforma Administrativa da Prefeitura Municipal de Ivaipora e dá ou tras providências.

A Câmara Municipal de Ivaiporã, Estado / do Parana, aprovou e eu, Prefeito Munici pal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Prefeitura Municipal de Ivaipora, passa a ter a seguinte estrutura administrativa.

TÍTULO I

DOS ORGÃOS ADMINISTRATIVOS DA PREFEITURA

1.0.- ORGÃOS COLEGIADOS DE ACONSELHAMENTO:

1.1. - Conselho doviário Municipal;

1.2. - Conselho Municipal de Educação;

1.B. - Conselho Municipal de Esportes;

1.4. (+) Corse l'ho Municipal de Desenvolvimento.

2.0.- ORGÃOS DE COLABORAÇÃO COM O GOVÊRNO FEDERAL:

2.1. - Unidade Municipal de Cadastramento -U.M.C. - (INCRA);

2.2. - Junta do Serviço Militar.

3.0.- ORGÃO DE ASSISTÊNCIA:

3.1. - Gabinete do Prefeito.

4.0.- ORGÃOS DE ASSESSORAMENTO: >

4.1. - Assessoria Jurídica;

4.2. - Assessoria de Planejamento.

5.0.- ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

5.1. - Departamento de Administração;

5.2. - Departamento da Fazenda.

COMMERCIAL DE INMORAL DE INMORAL PORTIS



ESTADO DO PARANÁ



- fls. 2 -

6.0.- ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO ESPECÍFICA:

6.1. - Departamento de Obras e Viação;

6.2. - Departamento de Serviços Urbanos;

6.3. - Departamento de Saúde e Bem Estar Social;

6.4. - Departamento de Educação e Cultura;

6.5. - Departamento de Fomento Agropecuário.

7.0.- ORGÃOS DE DESCONCENTRAÇÃO ADMINISTRATIVA.

7.1. - Sub-Prefeitura de Alto Porã;

7.2. - Sub-Prefeitura de Arapua;

7.3. - Sub-Prefeitura de Ariranha;

7.4. - Sub-Prefeitura de Jacutinga;

7.5. - Sub-Prefeitura de Romeópolis.

§ 1º- Os orgãos Colegiados, mencionados no nº 1.0. terão regimentos internos próprios, por eles elaborados e baixados / por Decreto do Executivo.

\$ 2º - 0s Orgãos de Colaboração com o Govêrno Federal a que se refere o nº 2.0., exercem sob o controle e responsabilidade de do Chefe do Executivo municipal (Casa atividades que lhe forem cometidas pelas comptentes entidades do Govêrno Federal, por eles representadas.

TÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO I

DO GABINETE

Art. 2º - Ao Gabinete, compte assistir ao Prefeito em suas funções político-administrativas, cabendo-lhe especialmente, o assessoramento para os contatos com os demais orgãos da Prefeitura quando estes não possam ser feitos de forma direta; a Coordenação / da Prefeitura com os municipes, entidades e associações de classe; desempenhar as tarefas que lhe forem cometidas diretamente pelo Prefeito.



ESTADO DO PARANA



- fls. 3 -

CAPÍTULO II

DA ASSESSORIA JURÍDICA

Art. 3º - À Assessoria Jurídica, compete assessorar o Prefeito e demais orgãos da Prefeitura nos assuntos de natureza jurídica, submetidos à sua apreciação; representar o Município em Juízo e exercer todas as atividades correlatas que lhe forem de-/ terminadas pelo Prefeito.

CAPÍTULO III

DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Art. 4º - À Assessoria de Planejamento compete elaborar ou promover a elaboração e coordenar a execução do Plano de desenvolvimento integrado no Município, acompnhando a realização dos planos e programas parciais pelos orgãos competentes da administração.

DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

executar as atividades relativas ao expedientes, documentos, comunicações, protocolo, arquivo e zeladoria, ao recrutamento, seleção, treinamento, regime jurídico, controles funcionais e de-/mais atividades do pessoal; à padronização, aquisição, guarda / distribuição e controle de todo o material utilizado na Prefeitura; ao tombamento, registro, inventário, proteção e conservação/ dos bens móveis; à manutenção do equipamento de uso geral da administração, bem como sua guarda e conservação; ao recebimento,/ distribuição, controle do andamento e arquivamento definitivo dos papéis e processos da Prefeitura; à conservação interna e externa do prédio da Prefeitura, móveis e instalações.

Art. 6º - O Departamento de Administração compõe-se das seguintes unidades de serviços, imediatamente subordinadas ao respectivo titular:

- fls 4 -

lª - Divisão do Pessoal;

2ª - Divisão do Material;

3º - Divisão de Comunicações Administrativas;

48 - Divisão dos Serviços Gerais.

CAPÍTULO V DO DEPARTAMENTO DA FAZENDA

Art. 7º - O Departamento da Fazenda é o orgão encarregado de exercer a política econômica e financeira do Município; das atividades referentes ao lançamento, fiscalização dos tributos e demais rendas municipais; do recebimento, pagamento, guarda e movimentação dos dinheiros e outros valores do Município; da elaboração e execução, conjuntamente com a Assessor de Planejamento, dos Orçamentos do Município, especialmente o orcamento-programa e o orçamento plurianual de investimentos; do controle e escrituração contabil, Prefeitura; e do assessoramento geral em assuntos fazendários.

Art. 8º 2 0 Departamento da Fazenda compõe-se das seguintes unidades de serviço // projetamente subordinadas ao respectivo titular:

1 - Divisão de Contabilidade;

2ª - Divisão de Tesouraria;

3º - Divisão de Cadastro e Tributação;

4ª - Divisão de Fiscalização.

CAPÍTULO VI

DO DEPARTALENTO DE OBRAS E VIAÇÃO

Art. 9º - O Departamento de Obras e Viação é o orgão encarregado de executar as atividades concernentes à elaboração projetos, construção e conservação de obras públicas municipais, as sim como de próprios da Prefeitura; ao licenciamento e fiscaliza-/ ção de obras particulares; à pavimentação de ruas, abertura de novas artérias e logradouros públicos; à construção de estradas caminhos municipais integrantes do sistema viário do Município; à

- 1- Plano Podovisnio Municipal: e a fiscalização de contra



ESTADO DO PARANA

In

- fls. 5 -

contratos relacionados com os serviços de sua competência.

Art. 10 - O Departamento de ObraseViação é integrado, nas seguintes unidades de serviço, imediatamente subordinadas ao respectivo titular:

18 - Serviço Rodoviário Municipal;

2ª - Divisão de Obras.

CAA PÍTULO VII

DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

Art. 11 - Ao Departamento de Serviços Urbanos compete a execução dos serviços de limpeza pública; à manutenção dos logra-/douros públicos, como sejam, ruas, avenidas, praças e parques; a manutenção dos serviços de utilidade pública explorados diretamente pela Prefeitura, ou através de concessão ou permissão, cabendo-lhe nestes ultimos casos, a fiscalização; a a administração dos ce mitérios públicos.

Art. 12 400 Departamento de serviços Urbanos é integrado pelas seguintes unidades de serviço, imediatamente subordinadas ao respectivo titular:

la - Divisão de limpeza pública;

2ª - Divisão de logradouros públicos;

3ª - Divisão de Serviços de Utilidade Pública;

4ª - Divisão de Cemitérios.

CAPÍTULO VIII

DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Art. 13 - O Departamento de Saúde e Bem Estar Social é o orgão encarregado de promover os serviços de assistência médico-/odontolégica-social, para a população do Município; promover o atendimento aos necessitados que se dirijam à Prefeitura em busca de /ajuda; de encaminhar a postos de saúde, hospitais e outros serviços assistenciais as pessoas que necessitem dessa providência; de pro-

ESTADO DO PARANÁ



- fls. 6 -



de promover o levantamento de recursos da comunidade, que possam ser utilizados no socorro e assistência de necessitados; de fiscalizar a aplicação de auxílios e subvenções consignadas no Orça mento Municipal para entidades de assistência social; de prover/inspeções de saúde nos servidores da Prefeitura; de prestar assistência médico-odontológica a servidores da municipalidade; de realizar os serviços de fiscalização sanitária, de conformidade com a legislação vigente.

Art. 14 - O Departamento de Saúde e Bem Estar Social / compõe-se das seguintes unidades de serviço, imediatamente subordinadas ao respectivo titular:

la Divisão de Saúde 22-Divisão de Assistência Social. CAPÍTULO IX

DO DIRARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Art. 15 640 Der rtamento contracção e Cultura é o orgão responsável pela atividades relativas à educação e cultura no Municipio; a instalação e manutenção de estabelecimentos municipais de ensino; a execução do Plano Municipal de Ensino, depois de aprovado pelo Conselho Municipal de Educação; à manutenção da Biblioteca Pública Municipal e do Ginásio de Desportos; à elaboração e execução de programas desportivos e recreativos; à manutenção de cursos profissionalizantes; à difusão cultural em geral; e a manutenção do Serviço de Merenda Escolar.

Art. 16 - Integram o Departamento de Educação e Cultura, as seguintes unidades de serviço, diretamente subordinadas ao respectivo titular:

1ª - Divisão do Ensino;

2ª - Divisão de Cultura;

3º - Divisão de Educação Física e Desportos;

4ª - Serviço da Merenda Escolar.





CAPÍTULO

DO DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO

Art. 17 - O Departamento de Fomento Agropecuário, é o orgão incumbido de incrementar por todos os meios ao alcance da municipalidade, as atividades agrícolas e pastoris do Município, seja através de distribuição de adubos, mudas e sementes selecionadas e classificadas, seja pela cessã de reprodutores de raça ou das providências cabíveis quanto a prática de inseminação artificial, com recursos próprios ou em colaboração com outros orgãos / públicos federais e estaduais, ou ainda com entidades privadas; da difusão de modernas técnicas agrícolas e pecuárias; da cessão por empréstimos de implementos arricolas ou lavradores e criadores do Município; e de preticar as demais atividades que objetivem o aumento da produção e da produtividade agro-petoril.

DAS SUPPLEMENTAL X I

Art. 18 - As Sub-Prefeituras são orgãos de desconcetração territorial encarregadas nos Distritos, de representar a administração Municipal, executando ou fazendo executar as leis, posturas e atos de acordo com as instruções recebidas do Prefeito; de arrecadar os tributos e rendas municipais dentro dos limi tes de sua jurisdição; de superintender a construção e conservação de obras públicas em geral, estradas e caminhos municipais, sob a orientação técnica, controle e fiscalização dos orgãos cen tralizados da Prefeitura; de executar os serviços públicos Distritais; e de coordenar as atividades locais executadas pelos di ferentes orgãos da Prefeitura.

Art. 19 - As Sub-Prefeituras serão integradas pelas seguintes unidades de serviço, subordinadas aos recpectivos titulares:

la - Sub-Prefeitura de Alto Pora;

2ª - Sub-Prefeitura de Arapuã;

ESTADO DO PARANA

B

-Fls. 8-

3ª - Sub-Prefeitura de Ariranha;

4ª - Sub-Prefeitura de Jacutinga;

5º - Sub-Prefeitura de Romeópolis.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 - Ficam criados todos os órgãos componentes e complementares da organização básica da Prefeitura mencionados nesta Lei, os quais já estão em funcionamento e serão desmembrados de acordo com as necessidades e conveniência da administração.

Parágrafo único de Preferto completará, mediante decreto, a organização administrativa da Prefeitu-

ra, criando os órgãos de nivel inferior ao de serviço, observados os princípios gerais estabelecidos na presente Lei e a existência de recursos para atender as despesas com o provimento das respectivas chefias.

Art. 2000 o Prefeito Gaixará, no prazo de 60 (sessenta) dias, o Regimento Interno da Prefeitura, no qual constarão:

- I atribuições gerais das diferentes unida des administrativas da Prefeitura;
- II atribuições específicas e comuns dos servidores investidos nas funções de supervisão e chefia;
- III normas de trabalho que pela sua própria / natureza não devam constituir objeto de / disposição em separado;
 - IV outras disposições julgadas necessárias.
- Art. 22 No Regimento Interno de que tratà o artigo anterior, o Prefeito poderá delegar competência às diversas che
 fias para proferir despachos decisórios, podendo, a qualquer momento, evocar a si, segundo seu único critério, a competência delegada.



ESTADO DO PARANA

B

-Fls. 9-

Parágrafo único - É indelegável a competência decisória do
Prefeito nos seguintes casos, sem prejuízo de outras que os atos normativos indicarem:

I - autorização de despesa acima de 3 (três) vezes o salário mínimo vigente no Município;

II - nomeação, admissão, contratação de servidor a qualquer título e qualquer que seja sua categoria, e sua - exoneração, demissão, dispensa, suspensão, revisão e rescisão de contrato;

III - concessão e cassação de aposentadoria;

IV decretação de prisão administrativa;

v / aprovação de concorrência pública, qualquer

que seja sua finalidade;

vI - concessão de exploração de serviços públicos ou de utilidade pública;

dade pública a titulo precario; (ONCORDA)

VIII- alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio municipal, depois de autorizada pela Câmara Municipal;

IX - aquisição de bens imóveis por compra ou

permuta;

X - aprovação de loteamentos e subdivisões de

terrenos.

Art. 23 - As repartições municipais devem funcionar perfeitamente articuladas em regime de mútua colaboração.

Parágrafo único - A subordinação hierárquica define-se no enunciado das competências de cada órgão administrativo e organograma geral da Prefeitura que acompanha a presente Lei.

Art. 24 - A Prefeitura dará atenção especial ao - treinamento de seus servidores, fazendo-os, na medida das disponibilidades financeiras do Município e da conveniência dos servi-



ESTADO DO PARANÁ

-Fls. 10-

treinamento e aperfeiçoamento.

Art. 25 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 128/70, de 29/09/70.

Paço Municipal XIX DE NOVEMBRO, XIII DA INSTALAÇÃO, Gabinete do Prefeito, aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de mil, novecentos e setenta e cinco.

ADALL BOLIVAR ROTHER Prefeito Municipal

JUARE PACIET -

LABOR CONDING

Prefeitura Municipal de Ivaiporã

Estado do Paraná



Justificativa ao Projeto de Lei nº 110/75 - continuação

-Fls. 02-

Na nova estrutura que ora submetemos à apreciação de V. Exa., não existe nenhuma inovação, a não ser aquelas estreitamente ligadas às exigências da Portaria nº 20, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, senão vejamos:

- 1) Ficou mantida a Assessoria Jurídica;
- 2) Criou-se a Assessoria de Planejamento e extinguiu-se a Assessoria Administrativa;
- 3) A Divisão Administrativa foi substituída pelo Departamento de Administração, com 4 (quatro) divisões a ele subordinadas: Divisão do Pessoal, Divisão do Material, Divisão de Comunicações Administrativas e Divisão dos Services Gerais:
- 4) A Divisão de Finanças foi substituída pelo mento da Fazenda, com 4 (quatro) Divisões a ele subordi nadas: Divisão de Contabilidade, Divisão de Tesouraria, Divisão de Cadastro e Tributação e Divisão de Fiscali-LABORão;
- 5) A Divisão de Obras, Viação e Serviços Urbanos foi subdividida em 2 (dois) Departamentos, abaixo discriminados, com as respecitvas divisões: Departamento de Obras e Viação: com Serviço Rodoviário Municipal e Divisão de Obras; Departamento de Serviços Urbanos: com a Divi são de Limpeza Pública; Logradouros Públicos; Serviços de Utilidade Pública; e Cemitérios;
- 6) A Divisão de Saúde e Assistência Social foi substituída pelo Departamento de Saúde e Bem Estar Social, com as Divisões de Saúde e Divisão de Assistência Social;
- 7) A Divisão de Educação e Cultura foi substituída pelo Departamento de Educação e Cultura, com 4 (quatro) divisões: do Ensino; Cultura; Educação Física e Despor tos e Serviço da Merenda Escolar.
- 8) A Divisão de Fomento Agropecuário, criada pela Lei nº



Prefeitura Municipal de Ivaipora

Estado do Paraná

Ivaiporã, 03 de setembro de 1975 ATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 110/75

MENSAGEM JUST

Senhor Presidente; Senhores Vereadores: R

os a honra em submeter à elevada deliberação dessa Egrégia Câmara Municip o Projeto de Lei nº 110/75, que dispõe sobre reforma administrativa da Lefeitura Municipal de Ivaiporã, propondo, inclusive, outras providências normativas.

É fato incontestável, nos dias atuais, que nenhuma organização, seja ela pública ou privada, pode funcionar com a eficiencia rendimento desejados, sem que tenha os seus diversos serviços devidamente pruturados. Com uma estruturação perfeita é que poderão ser definidos os deveresponsabilidades de cada setor da administração. Sem ela, nem mesmo os uncionários ou servidores, saberão a quem estão subordinados, a quem devem prestar contas dos sens atos, eis que a chefia, em decorrencia da falta apontada, não está devidamente caracterizada.

Muito embora a Prefeitura de Ivaipora tenha uma estrutura a nivel de divição, criada pela lei 128/70, de 29/09/70, a mesma já não condiz com a realidade do Município, tendo em vista a sua já caracterização como Prefeitura de porte médio, o que vem exigir uma organização a nível de De partamentos, que propiciará uma maior liberdade de ação aos Diretores, possibi litando uma descentralização considerável ao Sr. Prefeito Municipal, que muitas vezes se envolve com problemas de menor relevancia, os quais poderão muito bem ser solucionados, com poder de decisão, pelos Diretores dos Departamentos ora sugeridos, que, em seu âmbito de ação, pouparão ao Chefe do Executivo, o "staff do dia-a-dia.

Apenas para ilustrar, observe-se que o sistema de or ganização a nível de Divisão é aquela aconselhável a prefeituras de porte inferior a médio, isto é, pequenas, que, em função do pequeno volume de serviços têm as decisões tomadas isoladamente pelo próprio Chefe do Executivo. Por outro lado, a organização a nível de Departamentos, além de sintetizar as atribuições dos Diretores, vem desburocratizar o serviço público, tornando-o mais eficiente e condizente com as necessidades e interesses dos contribuintes e público que, assim sendo, terão um atendimento mais rápido em todos os processos em tramita

Lido em sessão realizada